

Bolsa Família muda para crescer

J.FREITAS/ABR

Governo quer aumentar o número de atendimentos para 6,5 milhões

NELZA CRISTINA

O governo federal publicará, nas próximas semanas, um decreto para regulamentar o Bolsa Família. Uma das principais novidades será a possibilidade de colocar outra instituição no lugar de prefeituras que não estejam realizando o cadastramento a contento. Com isso, espera-se atingir a meta programada para este ano, que é de 6,5 milhões de famílias atendidas pelo programa em 5 mil municípios brasileiros. Até julho, 4,3 milhões de famílias estavam recebendo a ajuda em dinheiro – em média, R\$ 73 a bolsa. No total, são desembolsados R\$ 288,1 milhões todos os meses.

Segundo Sérgio Paganini, diretor do Programa Bolsa Família, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, alguns municípios estão com dificuldades

em efetuar o cadastramento. "O número não expressivo", afirma. Como exemplo, ele cita o Rio Grande do Sul, onde mais de 20 cidades fazem parte do programa e apenas uma não está conseguindo cumprir o cronograma. Em São Paulo, que tem grande número de participantes, não passam de seis os municípios com problema. Em geral, diz ele, a maior dificuldade nessas localidades é a digitação dos cadastros, que está atrasada.

DESVIO – O diretor admite que ocorrem desvios de finalidade do programa em alguns locais. Mas, segundo ele, o governo tem aperfeiçoado os mecanismos de controle, de forma a evitar fraudes. Uma forma de fiscalizar é comparar as informações repassadas pelas prefeituras com os indicadores de renda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para aquela localidade.

"Onde existem distorções, a fiscalização comparece".

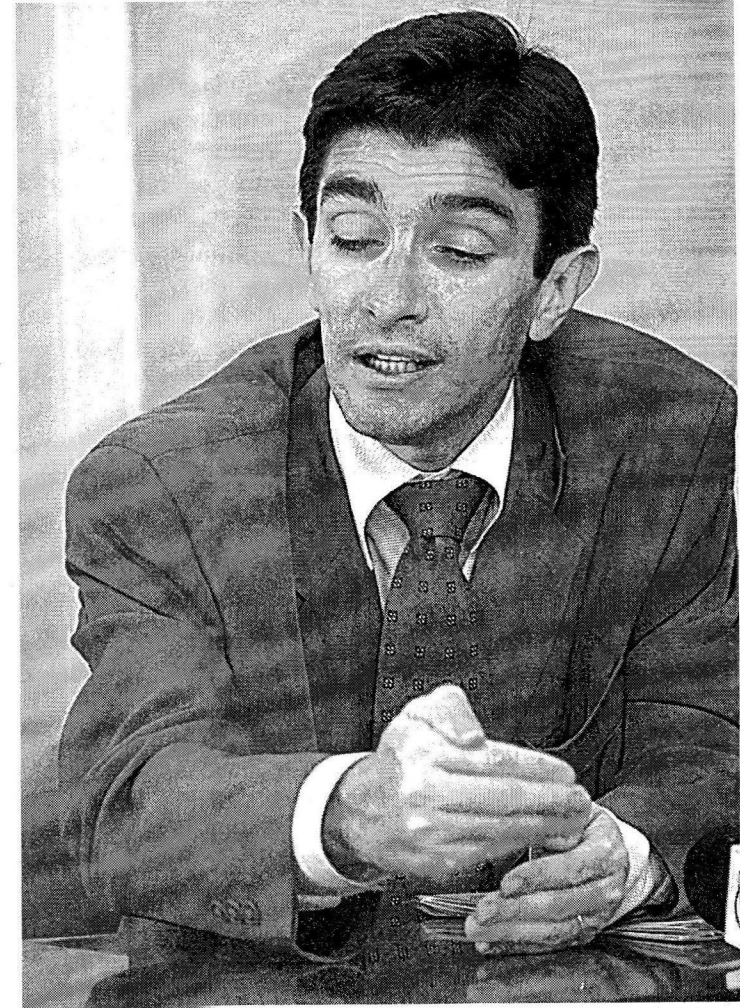
Não há controle, porém, sobre a utilização do dinheiro pelas famílias beneficiadas. "Cada um pode gastar como quiser. Não é objetivo do governo controlar o uso do dinheiro", explica Paganini. Segundo ele, o que se exige são contrapartidas das famílias beneficiadas. Ou seja, para receberem a ajuda social do governo, as famílias têm de manter em dia a caderneta de vacinação dos filhos, comprovar sua presença na escola, frequentar os postos de saúde da rede pública e também, quando oferecidos, participar de atividades de orientação alimentar e nutricional e de programas de alfabetização e cursos profissionalizantes.

DESPENSA – Em geral, porém, o dinheiro é utilizado na compra de alimentos e no pagamento de contas básicas, co-

mo água e luz. É o caso da família de Vastir Rodrigues Ribeiro, moradora da Estrutural, em Brasília, que utiliza praticamente todo o dinheiro na compra de arroz, feijão, verduras e carne (veja quadro abaixo).

Para o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília, o governo acertou ao conceder aos beneficiados um cartão, utilizado para sacar os recursos na Caixa Econômica Federal. "Isso é positivo porque elimina a intermediação política", acredita.

José Luiz Pagnussat, professor da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), reforça que estudos acadêmicos mostram que políticas públicas do tipo do Bolsa Família têm forte impacto sobre camadas mais pobres. "É eficiente em termos de melhoria de condições de vida e de distribuição de renda", afirma. (Colaborou Rachel Duarte)



Paganini diz que cadastro está atrasado em alguns municípios